



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária de Setembro - 2024

Data: 30 de setembro de 2024

Início: 14h30min **Término:** 17h

Local: Auditório Cláudio Ulpiano

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: João Guilherme Pires de Novais, Monique Franco Marinho Bastos, Mariana Meirelles e Claudia Pinto Barreto

Procuradoria Geral do Município: Laís Lobo Ferreira;

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento: Pablo Moreira Caetano;

Associação Raízes: Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos;

Instituto Acesso: Alcikley Wagner Figueira e Virginia Nogueira de Carvalho;

OAB/RJ: Rayssa Assaf Barbosa Leal de Sousa;

NUPEN: Pedro Hollanda Carvalho;

Instituições Técnico-Científicas - UFF: Lúcia Souza d'Aquino;

Instituições Técnico-Científicas - UENF: Laércio Lopes Martins

Convidados/Visitantes: Secretaria Adjunta de Defesa Civil: Joseferson de Jesus.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Obras;

Secretaria de Ordem Pública;

Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;

Secretaria Municipal Adjunta de Turismo;

Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;

CBH;

[Handwritten signature]

CDL;

ACIM;

Entidade Pesqueira;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ

JUSTIFICATIVAS

SEMAS: Isaura Sales da Silveira Monteiro;

NUPEM: Rodrigo Lemes Martins;

OAB: Milena

CDL: Luiz Henrique de Sousa Fragoso e Alexandre Almeida Santos

ACIM: José Eduardo Carramenha

Entidade Pesqueira: Valeria Docilio da Silva;

Instituição Técnico Científica - UENF - Georgiana Feitosa;

PAUTAS

I – Aprovação de ATA;

II – Regularização de Grade;

III – Apresentação da MacaEco - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis;

IV - Aprovação do Regimento Interno da Câmara Técnica de Julgamento de Processos;

V - Informes Gerais.



PRODUÇÕES

A Secretária Geral Monique deu início à oitava reunião ordinária do COMMADS, convidou o Conselheiro Leonardo Machado para auxiliar nos trabalhos da Secretaria Geral, apresentou os conselheiros presentes e as justificativas dos ausentes, após, realizou a leitura do edital nº 012/2024.

PAUTA I:

- A Secretária Geral Monique colocou em pauta a aprovação da ata de julho-2024 com as devidas retificações apontadas na reunião de agosto, no caso, as inclusões das falas das conselheiras Virgínia e Bernadete. Foi solicitado ao conselheiro Leonardo que procedesse a leitura dos trechos incluídos;
- O Conselheiro Leonardo Machado apresentou uma Questão de Ordem baseada no Regimento Interno, expondo ser uma questão que incomodava a diversos conselheiros e a ele próprio, que dizia respeito à condução dos trabalhos do COMMADS. Relatou que o regimento prevê uma divisão dos trabalhos baseada em três momentos: 1- Pequeno Expediente, com 40 minutos de duração, onde se realiza a verificação do quórum, a apresentação de encaminhamentos da Secretaria Executiva, a leitura do expediente, das comunicações, da ordem do dia, o anúncio das proposições recebidas na seguinte ordem: Requerimento de Retirada de Matéria, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimentos Diversos, Propostas de Moção, Propostas de Indicação, Propostas de Decisão, Propostas de Resolução e Tribuna Livre com 15 minutos a serem divididos entre os conselheiros inscritos no início da reunião; 2 – Grande Expediente para apresentações das Câmaras Técnicas Temáticas, relatorias de temas de interesse do conselho e 3 inscrições de 5 minutos, feitas previamente, para conselheiros fazerem uso livre; 3 – Ordem do Dia, com 1 hora e 20 minutos de duração, para discussão e deliberação de matérias e emendas, apreciação de proposições recebidas, informes gerais com duração de 5 minutos por inscrição, onde pode-se falar de temas de livre escolha, justificar votos, abstenções, posicionamentos e ausências. Com base nesta organização regimental, o conselheiro solicitou a prerrogativa de apresentar uma proposta de resolução à mesa e sua inscrição na Tribuna Livre para abordar o tema de sua proposta. Passou à leitura dos trechos incluídos na ata de julho. A Conselheira Bernadete solicitou a nomeação do veículo de comunicação citado em sua fala no texto incluso, a Revista Visão Socioambiental. A Secretária Geral Monique acatou a descrição do nome da revista e pediu uma breve interrupção para anunciar a chegada de representantes da



Secretaria Municipal de Ambiente, da Defesa Civil, para fazer a apresentação sobre os incêndios, da representação do Instituto Acesso e da OAB. Procedeu à coleta das assinaturas de presença para ampliar o quórum de votação. Foi aberto o processo de votação e a ata de julho foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Bernadete solicitou inscrição na Tribuna Livre. Outra conselheira não nominada no áudio de gravação alertou já ter solicitado inscrição. Outras duas inscrições de sucederam. Passou-se à leitura da ata de agosto. Houve uma manifestação da plenária sobre o procedimento de leitura da ata, ressaltando o tempo de reunião dedicado a este procedimento. A Secretária Geral Monique deu o esclarecimento de que o procedimento vinha sendo adotado conforme o decidido dentro do COMMADS.

TRIBUNA LIVRE:

- A Conselheira Bernadete reforçou a solicitação feita por seu suplente para que a apresentação das compensações das obras do Sana fossem realizadas no COMMADS, alegando que os conselheiros não puderam participar da reunião do SANAPA que tratou do assunto. Abordou novamente o assunto dos incêndios, disse que o assunto está pautado há pelo menos 10 anos e que é necessário apurar os casos criminosos e viabilizar as punições recentemente estabelecidas no município, visando preservar o bem coletivo. Passou ao tema das podas realizadas no município, questionando os critérios adotados e defendendo a preservação das árvores antigas. Defendeu um maior rigor de controle sobre quem poda, por que poda, de que forma poda, principalmente quando se trata de árvores saudáveis. Reforçou que este cuidado se faz ainda mais urgente neste período atual de agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, com as ondas de calor extremo. Em uma fala sobre a ata do conselho, defendeu que esta seja detalhada e mostre o debate e o posicionamento de cada conselheiro para que a população possa ter acesso e para que, diante de um processo judicial, os conselheiros possam ter salvaguarda baseada em suas posições. O Conselheiro Pedro assumiu a palavra e solicitou informações sobre o andamento do Plano Municipal da Mata Atlântica, em vigor desde 2021, com recursos previstos no orçamento e ICMS ecológico. Alertou que o COMMADS não está abordando este assunto com a devida atenção, principalmente neste atual contexto de propagação alarmante de incêndios. A Conselheira Virgínia manifestou repúdio às agressões sofridas pelo conselheiro Thièrs que, ao questionar informações sobre as obras no Sana, teria recebido ameaças de agressão física por parte de um funcionário da prefeitura. Reforçou ser uma situação inaceitável. Defendeu que as obras do Sana sejam discutidas também dentro do COMMADS. Relatou que a Pastoral

da Ecologia Integral recebe inúmeras denúncias de incêndios realizados na restinga do Barreto, atrás da empresa Baker. Relatou que houve uma mobilização de integrantes da pastoral junto com moradores do Lagomar para tentar controlar parte destes incêndios e que fizeram inúmeras ligações ao Corpo de Bombeiros. Denunciou também que, nesta mesma localidade, está havendo despejo e acúmulo de resíduos empresariais e domiciliares que estão sendo usados como combustível para os incêndios, que os responsáveis por esta destinação inapropriada de resíduos são abertamente conhecidos e que nada é feito por parte da Prefeitura. Solicitou que as reuniões do COMMADS sejam gravadas e disponibilizadas aos conselheiros. A Secretária Geral Monique disse que a denúncia sobre o descarte de resíduos e os incêndios ficará registrada em ata e solicitou que a conselheira encaminhasse um e-mail dando maiores detalhes como o endereço, a localização, a identificação do(s) autor(es) e fotos, para ajudar no processo do encaminhamento da denúncia. A Conselheira Jane, da Associação Raízes, ressaltou que os projetos da obra da orla da Praia Campista e do bairro São Marcos foram trazidos para o COMMADS a título de apresentação e não de aprovação. Passou ao assunto da determinação nacional sobre um novo ciclo de conferências de meio ambiente, destacando a importância deste momento já que havia 8 anos ou mais que não se realizava uma conferência de meio ambiente. Solicitou que fosse questionado junto à Secretaria de Obras, no tocante ao licenciamento das obras, sobre o uso de produtos, nas lajes das construções, que poluem o ar e oferecem risco à saúde humana. Solicitou que a fiscalização atue sobre essa questão. Solicitou esclarecimentos sobre o programa Limpa Rio no tocante ao Rio Macaé e Lagoa de Imboassica. Questionou a efetividade do programa e apontou que ele vinha realizando intervenções, com uso de maquinário, sem estudo e acompanhamento técnico, causando degradação ambiental com o seu maquinário. Cobrou um maior compromisso do poder público com a defesa do meio ambiente e uma melhor comunicação entre as secretarias. Fez críticas à redação da ata, dizendo ter notado a falta de falas machistas e injustas da última reunião. Explicou que não pediu uma prévia correção dela por ter passado por problemas técnicos, mas que, quando isso ocorrer, fará constar nas atas seguintes os trechos de que houver sentido falta.

PAUTA II:

- O Conselheiro Leonardo relatou que continuam as vacâncias nas cadeiras da sociedade civil, entre elas, duas vagas de associações de moradores, uma vaga de entidade pesqueira e uma vaga para sindicato. O conselheiro destacou a importância de os conselheiros do setor sociedade civil incentivarem a participação de outras entidades no Conselho, visando suprir as vacâncias. Fez uma reflexão sobre a "estridência" das

cobranças nos grupos de *WhatsApp* e nas redes sociais que não são efetivas nas resoluções dos problemas e não se traduzem em ação efetiva de participação nos colegiados. Lamentou as vacâncias e ressaltou a importância da sociedade civil ocupar estas vagas.

PAUTA III:

- Passou-se à apresentação da Defesa Civil, através da pessoa do sr. Joseferson, Secretário Adjunto, para abordar a situação dos incêndios no município. O secretário agradeceu a oportunidade e iniciou a sua apresentação explicando que esta seria dividida nos tópicos referentes à contextualização do nível de atuação do município no concernente aos incêndios florestais, o Plano de Trabalho da Defesa Civil no que tange esse tema e as medidas legais tomadas pelo município. Explicou que a Defesa Civil é um órgão sistêmico articulado com a Defesa Civil Nacional e a Defesa Civil Estadual, sem relação hierárquica e com atribuições específicas de acordo com a ordem dos desastres. Disse que a legislação estabelece o Corpo de Bombeiros como responsável pelo combate aos incêndios e que a Defesa Civil atua em um conjunto de ações, de ciclo contínuo, que perpassa a prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação/estabelecimento, evitando a conversão dos riscos em desastres. Disse que o que não se consegue prevenir, busca-se mitigar e preparar a população para lidar com os riscos de desastres, e que as respostas se traduzem em assistência, socorro e recuperação do ambiente danificado. Segundo o seu relato, as ações antecipadas envolvem campanhas, vistorias e notificações. Sobre o combate ao fogo, explicou que cabe ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado enquanto o município e a própria população atuam como forças auxiliares. Segundo o secretário, o município pode estabelecer planos que disponibilizem as agências, os recursos financeiros, humanos, de equipamentos, material e os pontos de captação do município ao Corpo de Bombeiros. Disse que ao se acionar a Defesa Civil através do número 199, esta se coloca como ponte para acionar os bombeiros que possuem o número 193. Acrescentou que a Defesa Civil pode atuar junto com os bombeiros, não necessariamente na zona quente no combate ao fogo, mas na zona morna, apoiando em outras frentes importantes como o monitoramento, a avaliação e a desocupação humana. Pontuou que existem situações em que a Defesa Civil pode atuar também no combate, como no caso de fogo em vegetação rasteira, com uso de abafadores e bombas costais, mas reforçou ser fundamental acionar o 193. Informou que as competências da Defesa Civil, no âmbito da União, dos estados e dos municípios, estão descritas na Lei 2.608/2012 que foi regulamentada pelo Decreto 10.593/2020 e nesta legislação está descrito que, no município, a Defesa Civil funciona como órgão de integração, articulação, monitoramento e mapeamento de diversos tipos de desastres

ref

como os de origem natural e os de origem tecnológico. Explicou que, embora os incêndios em vegetação estejam previstos na Codificação e Classificação Brasileira de Desastres – COBRADE, como de tipo natural, sabe-se que grande parte destes fenômenos têm origem antrópica. Ressaltou que um fenômeno estar classificado como desastre pressupõe atuação da Defesa Civil, estando ou não dentro de áreas protegidas. Passou a elencar os pontos que dificultam o combate ao fogo como: a própria vegetação, a topografia e as condições climáticas. Explicou sobre os diferentes tipos de combate ao fogo e a sua complexidade, abordou a problemática cultural do ateamento de fogo para renovação de pasto. Apontou que os horários de maior número de ocorrências são os de almoço, 12h às 14h, e final de tarde. Contextualizou que o fenômeno dos incêndios não ocorreu de, forma isolada, apenas em Macaé mas, acometeu também, todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo o ano de 2024 apresentado um aumento substancialmente muito grande de ocorrências em relação ao ano de 2023, com intervalos mais curtos de ocorrência, tendo números altíssimos de focos em uma mesma semana, segundo demonstrado em gráfico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Destacou das informações o fato de que os meses de maio, agosto, setembro e outubro, terem tido um número de incidências históricas muito acima da média, nos últimos anos, com destaque para 2024, lembrando que os meses de agosto e setembro costumam ser, historicamente, os meses com maior concentração de ocorrências. Exemplificou o aumento da escala de ocorrências, registradas no 9º GBM, citando o salto de 12 ocorrências, em agosto de 2023, para 43 ocorrências, em agosto de 2024. Também informou que no período de maio a outubro de 2023 houve 55 ocorrências, enquanto no mesmo período de 2024 o número de ocorrências saltou para 175 ocorrências registradas, com um fator diferenciado que é uma maior incidência de incêndios próximos a conglomerados urbanos. Exemplificou os casos dos incêndios no Morro de Santana, Bairro da Glória, entre outros. Estimou um aumento de 220% dos incêndios em Macaé. Disse que estão buscando um plano de atuação junto ao Corpo de Bombeiros, visando uma melhor coordenação, planejamento e execução, e esclareceu que Macaé não decretou situação de emergência e/ou estado calamidade pública, assim como o Estado também não decretou, porque a maioria dos incêndios, apesar de muitos, foram médios e pequenos, na análise dos profissionais da área. Ressaltou que na classificação de um desastre, considera-se a ameaça, a exposição de pessoas, a vulnerabilidade relacionada ao meio ambiente e a capacidade de enfrentamento, que quando esta capacidade de enfrentamento não diminui os parâmetros citados, caracteriza-se o desastre. Sobre o questionamento do COMMADS a respeito de como tem se dado a atuação da Defesa Civil frente aos incêndios florestais relatou que o órgão fez campanha nas redes sociais e junto às associações de moradores da região serrana, no mês de maio, reforçando-se a

necessidade de se manter os terrenos limpos, não se queimar ao lixo, não se jogar ponta de cigarro no chão, evitar fogueiras, soltura de balões, em especial devido às festividades juninas, julinas e agostinas, incentivo à aceiros preventivos fazendo vistorias em locais onde se solicitou a manifestação da Defesa Civil, gerando negativas especialmente em áreas próximas a áreas de vegetação, além da orientação geral de se abdicar do fogo. Monitorou os focos, as denúncias e abriu processos internos sobre as constatações em campo, para as devidas comunicações com o setor de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente. Em 2022, firmou-se junto ao Corpo de Bombeiros, um acordo simbólico em torno de um plano operacional de combate a incêndios florestais, o que compreende a disponibilização dos recursos do município ao Corpo de Bombeiros. Falou da importância de que os responsáveis pelas áreas protegidas designem um olhar especial à criação de brigadas voluntárias ou privadas, dada a necessidade de um cuidado especial e à parte que um plano mais geral possa não dar conta. Disse que o Plano foi encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e que, se necessário, poderia ser encaminhado novamente, e que, o mesmo, prevê que o próprio Corpo de Bombeiros pode acionar os órgãos do município, como a Defesa Civil e a Guarda Ambiental, como forças auxiliares, para disponibilizar recursos e equipamentos diversos como caminhão pipa, ponto de água, retroescavadeira para acero mecânico, tanto em área pública quanto em área privada. Disse que as demandas trazidas pelo Corpo de Bombeiros para a ativação deste plano, em 2024, em nenhum momento, ativou 100% do mesmo, chegando a um uso de capacidade de apenas 10% a 20%. Portanto refutou as afirmações proferidas por conselheiros de que o município não estava atuando no enfrentamento dos incêndios. Esclareceu que o Corpo de Bombeiros de Macaé não estava vinculado à corporação de Campos, como havia sido dito, mas sim, ao Comando de Bombeiros Área IV - CBA IV, de Cabo Frio, que o Corpo de Bombeiros de Macaé possuía 3 Auto Bombas Tanque e Socorro - ABTS e 3 Auto Bombas de Salvamento - ABS. Informou que a unidade de Macaé não havia demandado retroescavadeiras e aeronaves para o combate, mas apenas caminhões pipa e mão de obra nos enfrentamentos. Disse que o plano prevê aeronaves da Marinha para o combate ao fogo e que ela havia pedido, recentemente, uma atualização de coordenadas geográficas de pontos aptos para a realização de pousos. Disse também que o 9º Grupamento de Bombeiro Militar - 9º GBM, possui acesso a helicópteros para combate e que a decisão de uso ou não uso passa por uma avaliação interna da corporação, não cabendo ao município determinar. Mostrou imagens dando outros exemplos de atuação do município no combate a um incêndio no Vale Encantado, onde havia caminhões pipa à disposição dos bombeiros que eram de prestadores de serviço da municipalidade. Mostrou também imagens de servidores municipais atuando junto com bombeiros em combate de incêndios florestais, realizando

desocupações na área do Morro de Santana, dando apoio no caso do incêndio na área do assentamento Osvaldo de Oliveira, em 2023, entre outras. Explicou que o município respondeu ao fenômeno das sequências dos pequenos e médios incêndios de 2024 com a publicação do Decreto 1777/2024 que institui a Comissão de Monitoramento Climático, que amplia a capacidade de coordenação de respostas e prevê uma multa para quem cometer o crime de incêndio. Acrescentou que o plano prevê uma continuidade do monitoramento e ações, sem interrupções de final de semana e feriados, com um devido mapeamento dos responsáveis. Disse ainda que a Defesa Civil possui um cadastro de cerca de 500 voluntários que, em caso de necessidade, podem ser chamados, desde que tenham feito o devido treinamento junto à Defesa Civil. Discorreu sobre a importância das pessoas não se colocarem em situação de combate ao fogo sem ter o devido treinamento, para não se tornarem vítimas e explicou que a compra de equipamentos precisa estar ajustada à quantidade de pessoas disponíveis para realizar o trabalho. Finalizou colocando a Defesa Civil à disposição de todos. Foi aberto para perguntas e a conselheira Bernadete questionou como um cidadão pode ser atendido pela Defesa Civil em caso de incêndio, se a Defesa Civil vai até o Cidadão e qual seria a atuação da Defesa Civil já que cabe aos bombeiros debelar o fogo. Questionou sobre o que faz o cidadão que, no momento do incêndio, acionar o Corpo de Bombeiros e recebe como resposta que ele não pode atuar por falta de equipamentos e meios de combater o fogo. Indagou sobre como o cidadão comunica isso já que se trata de um procedimento e comunicação estritamente internos. Relatou uma situação recente de incêndio grave na serra que chegou próxima às imediações do Parque Atalaia e que não chegou ao conhecimento do Corpo de Bombeiros. Disse que a população local não fez o comunicado e que, após tomar ciência, os bombeiros relataram que estavam no local, mas não puderam atuar porque era em uma área alta e eles não possuíam o equipamento apropriado, no caso, um helicóptero. A conselheira afirmou que ligou para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e que estes lhe disseram que não lhe cabia fazer a solicitação, que deveria ser feita pelo Corpo de Bombeiros de Macaé ou pelo município, disseram, ainda, que fariam uma avaliação da situação enquanto o incêndio passou três dias queimando. Perguntou se a interlocução entre a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros era boa e como o Conselho de Meio Ambiente poderia colaborar neste tipo de situação. O secretário Joseferson respondeu que o Corpo de Bombeiros tem a responsabilidade sobre este combate e meios de acionar apoios, inclusive, de outros municípios para fazer o combate, e que se for necessário que o próprio município articule junto ao Estado o município precisa ser provocado para dar esta resposta. Explicou também que as pessoas que se comunicam entre si pelas redes sociais, neste tipo de situação, precisam se disponibilizar para reforçar a comunicação aos bombeiros, escolher

ações efetivas. Relatou uma situação em que notou um princípio de incêndio nas proximidades do Parque Atalaia, que entrou em contato com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros para saber se havia um comunicado de incêndio aberta para a localidade e que a resposta era a de que não havia, mas, enquanto isso, as associações de moradores e as pessoas só falavam sobre isso nas redes e canais de WhatsApp, sem oficializar qualquer comunicado aos órgãos competentes. Disse que ligou o rádio e ouviu a locutora falando do incêndio, mas a demanda não havia sido encaminhada como ocorrência, nem para os bombeiros, nem para a Defesa Civil. Insistiu na necessidade da população se educar para acionar o 193 e o 199 para estes casos. A conselheira Virgínia questionou sobre a informação dada de que os incêndios ocorridos foram avaliados de maneira a não caracterizar emergência ou catástrofe. Relatou que ela e uma amiga vizinha chegaram a acordar por duas vezes, no meio da madrugada, em meio a esse período dos incêndios, sentindo uma quantidade de fumaça em suas casas, de tal maneira, que lhes parecia que alguma coisa estava pegando fogo dentro de casa. Fez também observações sobre outras formas de emissões de gases tóxicos e nocivos que precisam ser mensurados e controlados. Perguntou se há algum mecanismo de monitoramento da qualidade do ar que possibilite uma melhor apuração do nível de emergência destes episódios. Compartilhou também que, em seu celular, havia uma série de acionamentos do Corpo de Bombeiros, através do canal de WhatsApp disponibilizado, sobre os incêndios atrás da Baker e do grande incêndio ocorrido entre Macaé e Trajano de Moraes, com fotos, informações e dados pessoais do dono da fazenda que estava pegando fogo. Desabafou que, para o cidadão comum que não tem acesso a uma palestra como a recém proferida pela Defesa Civil, as respostas fornecidas ficam parecendo um "jogo de empurra". Perguntou se é possível enviar imagens referentes às denúncias para o telefone 199 da Defesa Civil. Voltando os seus questionamentos para a Secretaria de Meio Ambiente, relatou que a problemática do depósito de diversos tipos de resíduos atrás da Baker é algo, há bastante tempo, recorrente, e que isso possibilitou a formação de uma grande montanha de lixo no local. Questionou se não há nenhuma ronda de fiscalização naquela localidade, sendo próximo de uma área industrial tão grande e antiga. O secretário Joseferson respondeu que, em relação aos parâmetros utilizados para se considerar ou não uma situação como emergência ou de estado de calamidade pública, são levadas em conta o nível e quantidade das ocorrências e o que diz a Lei 2.608/2012. Disse ainda que há um documento chamado Formulário de Identificação de Desastres – FIDE, que possibilita o levantamento de vários níveis de informações, inclusive danos ambientais, sociais e econômicos, para, a partir disso, se avaliar se algum destes danos extrapola os parâmetros estabelecidos e, havendo esta constatação, se declarar ou não a emergência ou o estado de calamidade. Reforçou que

14

cada pasta pertinente deve se manifestar no que lhe diz respeito dentro deste formulário e que os danos ambientais precisam ser aferidos pela Secretaria de Meio Ambiente para, no fim do processo, se produzir um arcabouço legal consistente a ser encaminhado ao governo federal. Sobre a questão da medição da qualidade do ar, respondeu que não compete à Defesa Civil mas, sim, à Secretaria de Meio Ambiente e, uma vez feita esta aferição e constatando-se uma situação crítica, é importante que estas informações sejam encaminhadas à Defesa Civil para que esta faça a inclusão no FIDE e acrescente este teor no arcabouço legal de acionamento de ajuda de outra esfera federativa. Respondeu também que o número 199 é exclusivo para contato telefônico, mas que a Defesa Civil também possuía um canal de WhatsApp de número 991034275 onde é possível enviar imagens e vídeos. A conselheira Virgínia insistiu na importância de haver uma melhor definição dos órgãos responsáveis pelas demandas apresentadas, de a Secretaria de Meio Ambiente dar respostas, tendo em vista a emergência climática e suas consequências nas vidas das pessoas. Chamou a atenção para os mais de 20 "projéteis", referindo-se a projetos considerados danosos ao meio ambiente, de oleodutos, gasodutos, entre outros, que originarão impactos sinérgicos e cumulativos, questionando se a Defesa Civil fazia este nível de reflexão e articulava algum tipo de resposta a respeito. O secretário Joseferson repetiu que a medição dos danos ambientais era competência da Secretaria de Meio Ambiente, que a Defesa Civil se atinha às suas atribuições legais que englobava receber e sistematizar informações fornecidas por outras pastas para fazer os adequados procedimentos e encaminhamentos. A conselheira Bernadete deu o seu depoimento de que quando mudou para Macaé, parte de sua decisão se deu em função da disponibilidade de ar de boa qualidade para respirar, que sofre com rinite e que, atualmente e mesmo fora do período das queimadas, tem sentido uma aguda deterioração da qualidade do ar e sofrido fisicamente com isso. Relatou se preocupar com a possibilidade de uma deterioração ainda maior em função da vinda dos projetos de termoeletricas. Questionou ao representante da Defesa Civil se não haveria forma de incluir esta temática em seu plano de trabalho. O secretário Joseferson repetiu que isto não estava presente no arcabouço legal que rege as atribuições da Defesa Civil. A conselheira Jane fez menção à Lei de Diretrizes Orçamentárias lembrando que parcela significativa das secretarias lamenta não acessar estes recursos e que a participação da sociedade em sua formulação ainda não é adequadamente incentivada e facilitada. Frisou a importância deste acompanhamento da destinação de recursos dentro do contexto de emergência climática de forma a viabilizar respostas a problemas como o da poluição do ar, que está também relacionado com as suas denúncias sobre as substâncias tóxicas usadas na construção civil e o uso de gás de cozinha no preparo de proteção de lajes, feitas no início da reunião. Apontou a ligação deste tema com o potencial aumento dos

casos de câncer. Falou sobre a importância de desconstruir a cultura do fogo a partir de um trabalho educacional. O secretário Joseferson respondeu que as atividades da Defesa Civil estão devidamente contempladas em programas de trabalho dentro do orçamento, dentre eles, o programa Defesa Civil nas Escolas, visando a realização de um trabalho educacional na esfera de atuação da prevenção de desastres. O conselheiro Leonardo Machado alegou estranhamento sobre a composição da Comissão de Monitoramento Climático que é composta pelas secretarias adjunta de governo, de defesa civil, procuradoria, serviços públicos, dentre outras, mas não possui representante da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança da qual faz parte a Guarda Ambiental. Citou a previsão no decreto de despesas vinculadas à verba orçamentária própria, para o funcionamento da comissão, questionou sobre o valor de montante desta verba e se ela está disponível. Declarou que após as discussões sobre o presente ponto de pauta, estaria colocando uma resolução em votação. O secretário Joseferson disse que representa a Defesa Civil na comissão mas que não a presidia e recomendou que os questionamentos orçamentários fossem feitos ao presidente da comissão que seria a figura apta a falar do planejamento das ações da mesma. Sobre a questão da ausência de representação da Secretaria Adjunta de Segurança Pública na comissão, disse que independente desta ausência como membro oficial, havia sido deliberado que toda a estrutura do município estaria à disposição da comissão para atender qualquer demanda e deliberação dela. O conselheiro Leonardo questionou sobre como estaria a Defesa Civil na questão de disponibilidade de equipamentos e materiais para combate a incêndios. Explicou ter ouvido relatos recentes em discussões promovidas na Câmara de Vereadores, onde a Guarda Ambiental teria se manifestado alegando estar em situação precária no que diz respeito a este tipo de equipamento. O secretário Joseferson respondeu que possuem o suficiente para o seu escopo de atuação e que estão com processo aberto para atualizar equipamentos tornando a forma de combate a incêndios mais atual e moderna. Deu o exemplo de que o uso das bombas costais têm se mostrado insuficientes e pouco práticas, e o uso de sopradores apropriados têm sido empregados com maior êxito e melhor resultado. Entretanto, reconheceu que não possuíam o suficiente para fornecer para a atuação de voluntários convocados.

ORDEM DO DIA

- A conselheira Virgínia pediu a palavra e apresentou pedido do conselheiro Alckley Wagner para que conste na próxima pauta a formalização da Comissão de Fiscalização e Finanças;
- O conselheiro Leonardo Machado verbalizou um protesto relacionado à frequente ausência da Secretária de Ambiente nas reuniões do COMMADS e ao fato de, na corrente reunião, não estarem presentes nem a presidente e nem o vice presidente do conselho, fato que considera uma falta de prestígio para com o colegiado que tem uma função muito importante, prevista na legislação, e que precisa de uma maior atenção por parte do poder público. Dito isso, pautou novamente o Fundo Ambiental, lendo trecho do Regimento Interno que estabelece, como atribuição do COMMADS, fixar as diretrizes prioritárias ou emergenciais para uso dos recursos do Fundo Ambiental, adotando o procedimento de encaminhar as atas do Conselho, contendo as respectivas deliberações, para os gestores da SEMAS e do Fundo Ambiental. Traduziu que o que for deliberado pelo COMMADS precisa ser acatado pela gestão. Disse que a temática do combate aos incêndios é uma temática emergencial que faz jus a inspirar algumas destas diretrizes a serem deliberadas pelo Conselho e que uma demonstração desta relevância era a própria criação da Comissão de Monitoramento Climático, através do decreto 177/2024. Colocou para a deliberação do colegiado, a inclusão da Prestação de Contas do Fundo Ambiental para a reunião do dia 21/10/2024, para que sejam respondidas perguntas diversas, dentre elas, sobre a disponibilidade de recursos e sobre como e onde está sendo aplicado este recurso. Colocou também para a deliberação do colegiado a convocação do presidente ou outro representante da Comissão de Monitoramento Climático apto a prestar esclarecimentos sobre a execução das atribuições previstas na regulamentação da comissão e sobre a fonte e forma de custeamento das despesas destas ações. Adicionou ainda, como informações importantes a serem fornecidas, as relativas à previsão, dentro do Decreto, do custeamento através de verba orçamentária própria. Questionou que verba orçamentária própria seria essa, qual o seu montante e onde seria aplicado. Reforçou que parte da motivação da busca por estas informações de custeamento se dá por conta do pronunciamento da Guarda Ambiental na Câmara, onde foi dito que não possuem condições materiais e de equipamentos para atuarem em apoio ao combate aos incêndios. Colocada para deliberação da plenária a convocação da equipe do FUNDAM para prestação de contas e para outros esclarecimentos, esta foi aprovada. Colocada para deliberação da plenária a convocação de representante da Comissão de Monitoramento Climático, apto a prestar esclarecimentos sobre a atuação e custeamento dos trabalhos da comissão, entre outros, esta foi aprovada.

- A Secretária Geral Monique relembrou que a última prestação de contas do Fundam foi feita no ano passado e que já estava prevista uma nova prestação de contas para a pauta de novembro ou dezembro, mas a antecipação desta pauta para outubro seria acatada. Entretanto, alertou que precisaria se garantir espaço, na pauta de outubro, para se discutir os planos de manejo do Parque do Barreto e Arquipélago de Santana, sob responsabilidade da bióloga Elisângela Sossai, como parte de cumprimento de etapa do cronograma previsto para a elaboração dos mesmos. Um cidadão participante pediu a palavra e esclareceu que em consulta ao portal da transparência foi constatada a previsão de recursos do Fundo Ambiental, para 2024, no montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e que, deste valor, R\$ 80.000,000 (oitenta mil reais) estavam aplicados nos custeamento de aluguel de sede para a Secretaria de Ambiente, além de outros valores menores para pagamento de tarifa ao Banco do Brasil e custeamento de alguma diária para servidor. Destacou que, uma vez havendo esse esclarecimento sobre os valores e gastos existentes, o que se torna relevante é, justamente, a previsão de ações futuras a serem financiadas por este fundo, que esta seria a discussão central e que os conselheiros precisavam iniciar na elaboração destas propostas de direcionamento. Ressaltou a importância da sociedade civil adotar a prática de consultar o Portal da Transparência, para acessar os dados e as notas fiscais, para que isso qualifique e permita um avanço efetivo das discussões, colocando os conselheiros em condições de avançar para a elaboração de proposição de ações e evitando pautas frustradas.
- O conselheiro Leonardo esclareceu que a intenção da solicitação de esclarecimentos junto ao FUNDAM é justamente para preparar o Conselho para atuar propositivamente neste tema. Exemplificou que uma proposta cabível no atual momento seria usar recursos do FUNDAM para criar, preparar e equipar brigadas da sociedade civil, em apoio à Guarda Ambiental, à Defesa Civil e ao Corpo de Bombeiros no combate aos incêndios. Disse que também caberia a elaboração de diretrizes que permitissem investir na própria Guarda Ambiental e na Defesa Civil.
- A Secretária Geral Monique agradeceu a contribuição do cidadão participante, sobre a possibilidade de acesso às informações do Portal da Transparência e lembrou que, dentro do acúmulo de pautas já sugeridas anteriormente pelos conselheiros, constava a previsão de convocação da Secretaria de Serviços Públicos para falar sobre o Sistema de Drenagem do Município, dentro da pauta de outubro. Portanto, solicitou que os conselheiros se manifestassem sobre a ordem de prioridade dos assuntos para que se pudesse realizar a devida organização das próximas pautas das reuniões do Conselho. Após breve debate, ficou decidido que a pauta sobre a drenagem ficaria para a sessão



seguinte à reunião de outubro. A Secretária Geral Monique chamou a servidora, analista ambiental, bióloga, integrante da Câmara Técnica dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos e integrante do Grupo Técnico de Acompanhamento – GTA, responsável por supervisionar o trabalho da empresa contratada para a produção dos planos de manejo, Elisângela Sossai, para dar informes. A servidora explicou sobre parte da metodologia de elaboração dos planos que é baseada na participação social e teve a sua primeira etapa efetivada através de oficina de integração realizada junto ao COMMADS, onde a proposta foi apresentada. Disse que este trabalho foi contratado pela Petrobras, como parte de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, pelo empreendimento Gasoduto Rota Cabiúnas – Rota 2. Explicou que a Secretaria de Meio Ambiente, através de Grupo Técnico de Acompanhamento - GTA, é responsável por aprovar os trabalhos apresentados pela equipe contratada. Acrescentou que concomitantemente ao GTA, a Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, vinculado ao COMMADS, também tem realizado um trabalho de acompanhamento. Explicou que a segunda oficina de integração foi realizada de forma aberta à comunidade e, na sequência, realizou-se uma etapa de coleta de dados secundários sobre os dois territórios alvos, para a produção de um diagnóstico. Acrescentou que, durante este processo sentiu-se a necessidade de realização de oficinas temáticas com a pesca, com o turismo e com a academia, e que estas dinâmicas não estavam previstas na proposta metodológica inicial. Explicou que o processo eleitoral criou limitações à divulgação destas atividades e que a estratégia por trás da realização destas oficinas foi possibilitar a consulta a públicos específicos. Destacou que a oficina junto aos pescadores foi realizada na Colônia Z3, com o propósito de ir ao espaço dos pescadores e deixá-los à vontade e obter uma participação mais espontânea e qualificada. No referente ao diálogo com a academia, explicou que foi realizado um encontro com pesquisadores no NUPEM. Esgotadas estas etapas, avisou que se inicia a etapa da oficina de diagnóstico participativa, que é uma metodologia empregada pelo ICMBio que prevê encontros com cerca de 35 representantes da sociedade civil e do poder público, de diversos segmentos, que passarão dois dias discutindo, respectivamente, discutindo o Arquipélago de Santana e o Parque do Barreto. Nestes encontros, segundo Elisângela, serão apresentados os dados que foram coletados até o presente momento para discussão e avaliação por parte dos atores sociais. Informou que deste processo resultará a produção de cadernos com as informações finais, chamados “Caderno do Participante”, e que, a partir deste momento, se seguirá para a próxima etapa chamada Oficina de Planejamento que resultará em um material consolidado que será apresentado ao COMMADS. Acrescentou que esta nova etapa envolvendo o COMMADS será composta de alguns momentos: o



primeiro, de anúncio do trabalho; o segundo, apresentando o diagnóstico; o terceiro, apresentando uma versão preliminar dos planos para validação por parte do colegiado.

- A conselheira Jane fez críticas à organização das atividades e aos prazos apertados de realização dos convites para as oficinas e observou que o trabalho, que está sendo pago pela Petrobras, precisa apresentar qualidade. A servidora Elisangela solicitou que a conselheira fizesse as suas críticas dentro das oficinas para contribuir com o processo e falou da complexidade das discussões sobre melhores dias e horários das realizações das oficinas, buscando-se a melhor participação possível dos atores. Concordou com a fala da necessidade de um trabalho bem feito e disse que o grupo de trabalho tem se empenhado neste sentido. Pediu apoio e participação dos conselheiros e da sociedade civil. A conselheira Bernadete apresentou preocupação com a etapa de aprovação do texto pelo COMMADS, explicando que o envolvimento maior era o da empresa e o da secretaria. A servidora Elisangela explicou o processo de produção técnica multidisciplinar, que a empresa só seria paga mediante a aprovação do trabalho realizado e que o COMMADS tem papel importante e garantido neste processo. A secretária geral Monique deu os informes de que a secretaria do COMMADS, assim que tomou conhecimento do Decreto 177/2024, encaminhou o documento para todos os conselheiros, que também encaminharam o telefone da Guarda Ambiental. Também informou que foi recebido um ofício de número 225/2024, do Comitê de Bacias Hidrográficas Macaé Ostras, solicitando apoio e divulgação do V Fórum da Sociedade Civil e que este ofício também foi enviado para todos os conselheiros. Pediu que caso alguém não tivesse recebido se manifestasse. Declarou a sua satisfação pela riqueza e produtividade da reunião, agradeceu pela presença de todos, justificou a ausência da secretária, declarou que estava prevista a sua participação para a próxima reunião e deu por encerrada a reunião.



Encaminhamentos:

- 1- Buscar estratégias para sanar as vacâncias do COMMADS;
- 2- Convocar equipe do FUNDAM para prestação de contas e de esclarecimentos no COMMADS;
- 3- Convocar representante da Comissão de Monitoramento Climático para prestação de esclarecimentos ao COMMADS;
- 4- Solicitar apresentação das compensações das obras do Sana no COMMADS;
- 5- Criação de comissão de fiscalização e de finanças no COMMADS.

